



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 101550/2024

Validade: 14/02/2025

Razão social:
BRUNA CARLA BONIFACIO DE OLIVEIRA MARTINS ME

CNPJ:
27.720.447/0001-91

Num. Registro:
76197

Data do Registro:
25/08/2021

Capital Social:
R\$ 60.000,00

Endereço:
RUA AMAZONAS, 288, BARRACAO, VILA SÃO PEDRO

CEP:
86400-000

Cidade:
JACAREZINHO-PR

Nº da Alteração Contratual:
1

Data da última alteração:
18/06/2022

Objetivo Social:
Obras de alvenaria; Instalação e manutenção elétrica ; aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores; fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; fabricação de esquadrias de metal; fabricação de estruturas metálicas; construção de edifícios; obras de montagem industrial.

Encontra-se quite com o exercício 2024

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 27.720.447/0001-91

NOME CIVIL: CARLOS EDUARDO DE ALCANTARA

Carteira: PR-14703/D - Data de expedição: 19/10/1984

Desde 25/08/2021 - Carga horária: 3h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 237201/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 16/08/2024 14:11:30

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.